

# Verde, limpo e tendencialmente convergente? Uma análise da convergência da qualidade ambiental da vida na UE

## Introdução

A crescente necessidade de ação ambiental aumentou o número de metas e políticas pan-europeias. Estas afetam os cidadãos europeus na sua vida profissional e privada. Este relatório acompanha o desempenho ambiental da UE27 e faz uma análise de onde residem as maiores disparidades entre os Estados-Membros. As disparidades ocorrem porque os Estados-Membros têm perfis ambientais diferentes, o que significa que os processos de ecologização têm vindo a acontecer a ritmos diferentes nos Estados-Membros e em todos os indicadores.

A transição ecológica implica mais do que melhorar os indicadores que criam notícias de destaque, como as emissões de gases com efeito de estufa e a utilização de energias renováveis. Por conseguinte, este relatório aprofunda as questões ambientais que mais afetam a vida quotidiana dos cidadãos. Por exemplo, discute a habitabilidade das cidades e das zonas residenciais, a pobreza energética e a habitação inadequada.

Este trabalho resultou da cooperação entre a Eurofound e a Agência Europeia do Ambiente. Tanto quanto sabemos, este é um dos primeiros relatórios que analisa a convergência ambiental na Europa. Outro relatório resultante dessa colaboração, *The transition to a climate-neutral economy: Exploring the socioeconomic impacts* (A transição para uma economia com impacto neutro no clima: Explorar os impactos socioeconómicos), foi publicado em junho de 2023.

## Contexto político

A UE estabeleceu para si própria o ambicioso objetivo de se tornar neutra em termos de carbono até 2050. Para tal, visa reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, aumentar a utilização de energias renováveis e melhorar a reciclagem. A transição ecológica beneficiaria a qualidade de vida dos cidadãos da UE ao abordar vários tipos de poluição, como a poluição atmosférica, a poluição sonora, a poluição aquática, a poluição dos solos e os resíduos. Resultaria também numa melhor regulamentação dos mercados energéticos, permitindo o acesso a energia limpa para todos.

Estes objetivos só podem ser alcançados com o apoio de iniciativas políticas específicas. O Pacto Ecológico Europeu assinalou uma transição para uma UE neutra em termos de carbono, com uma economia moderna, competitiva e eficiente em termos de recursos. Estabelece os princípios para uma transição bem-sucedida e insta os Estados-Membros a agirem rapidamente, uma vez que os próximos 10 anos serão cruciais para preservar o atual estado dos recursos naturais na Europa, já de si fragilizados.

## Principais conclusões

- As disparidades entre os Estados-Membros diminuíram e o desempenho melhorou em muitos indicadores ambientais ao longo das últimas duas décadas. Isto sugere que os objetivos e políticas ambientais a nível da UE estão a contribuir para um melhor desempenho nacional. Sugere igualmente que a cooperação entre os Estados-Membros (por exemplo, envolvendo a exportação de eletricidade limpa) facilita a concretização das ambições a nível da UE.
- A rapidez dos progressos na prossecução dos objetivos quantitativos a nível da UE variou entre os Estados-Membros. Além disso, a crise energética, os problemas de abastecimento de alimentos e a turbulência económica causada pela invasão russa da Ucrânia puseram em causa os compromissos assumidos no âmbito da transição ecológica.
- As tendências geográficas são evidentes no desempenho de vários indicadores. Os Estados-Membros do Norte e alguns Estados-Membros ocidentais (como a Suécia) tendem a liderar os indicadores relacionados com a eficiência energética e os sistemas de energia verde, enquanto muitos países da Europa Oriental e Malta tendem a ficar para trás. Um aspeto positivo é o facto de, na maioria dos indicadores, os Estados-Membros que inicialmente apresentavam um desempenho medíocre terem vindo a recuperar o atraso em relação aos que apresentavam um melhor desempenho. Nenhum Estado-Membro se destaca em todos os indicadores, o que indica a heterogeneidade das políticas em matéria de clima, transportes e energia.

- O desempenho melhorou em todos os indicadores principais (a nível macro) analisados, demonstrando a importância das metas políticas. Verificou-se uma redução das disparidades no que diz respeito às emissões de gases com efeito de estufa e aos anos de vida perdidos em resultado da exposição à poluição atmosférica por partículas (PM2.5). A redução das disparidades no que diz respeito às energias renováveis e à utilização circular de materiais foi dificultada pelo desempenho excepcional da Suécia e dos Países Baixos. Estes dois países tiveram um desempenho tão bom que ultrapassaram os restantes países, conduzindo a um aumento das disparidades.
- A melhoria do desempenho dos indicadores a nível residencial (nível médio) mostra que as povoações locais se tornaram mais agradáveis para viver, mas as desigualdades baseadas no rendimento continuam a existir. O desempenho dos Estados-Membros melhorou, as disparidades na perceção que os cidadãos têm da poluição e da fuligem no seu ambiente diminuíram, e as taxas de reciclagem municipais aumentaram. Além disso, a poluição sonora diminuiu globalmente, mas as disparidades entre os países mantiveram-se estáveis ou até aumentaram. Este facto é especialmente notório nas populações em risco de pobreza.
- Os indicadores ao nível do agregado familiar (nível micro), que medem a pobreza energética e a qualidade da habitação, estão estreitamente ligados a variáveis socioeconómicas. Consequentemente, a recessão económica de 2008–2013 teve um impacto negativo significativo nestes indicadores, mas os sinais de recuperação subsequentes indicam que algumas economias são suficientemente resilientes. No entanto, em alguns casos, são grandes as desigualdades existentes entre ricos e pobres.
- As melhorias nos níveis de rendimento e de educação estão relacionadas com a melhoria dos indicadores ambientais. A redução da pobreza está correlacionada com a redução da pobreza energética e da exposição a perigos ambientais, tais como a poluição atmosférica sonora.
- Os objetivos ambientais a nível residencial e doméstico poderão necessitar de medidas políticas mais rigorosas ou atempadas do que as atualmente em vigor. As intervenções deverão centrar-se em três domínios onde foram detetadas divergências: habitação, pobreza energética e transportes públicos.
- Em consonância com a estratégia para a Vaga de Renovação, a conceção urbana deverá proporcionar habitações adequadas e a preços acessíveis em zonas sem riscos ambientais para as populações com baixos rendimentos, especialmente em zonas densamente povoadas. As medidas de apoio financeiro, como as subvenções, poderão incentivar os cidadãos a melhorar as suas habitações e deverão ser mais direcionadas para os consumidores vulneráveis. Deverão também ser promovidas intervenções nacionais para melhorar a habitação social. Estas medidas reduziriam a ameaça da pobreza energética.
- Uma rede de transportes públicos mais alargada e a preços mais acessíveis poderá contribuir para aumentar a mobilidade e reduzir as emissões. O Plano de Ação para a Poluição Zero engloba medidas para reduzir as emissões dos transportes, enquanto a Estratégia de Mobilidade Sustentável e Inteligente visa melhorar os sistemas de transportes públicos. As pessoas que vivem em zonas rurais, os idosos e as pessoas com problemas de saúde subjacentes são os que mais necessitam de conectividade, pelo que as políticas de transportes devem ser concebidas com estas pessoas em mente.
- As autoridades locais e nacionais que promovem a ecologização poderão seguir as práticas estabelecidas e sugeridas pelos Estados-Membros ou pela UE. São necessárias soluções de alto nível, bem como correções diárias. Por exemplo, a Eslovénia alinhou as suas políticas de gestão de resíduos com as diretivas da UE e registou rápidas melhorias.
- A UE e os seus Estados-Membros terão de trabalhar em estreita colaboração para melhorar o desempenho ambiental da UE. Uma comunicação clara da UE e dos governos nacionais deverá ajudar os cidadãos a adotar comportamentos mais sustentáveis. A cooperação entre os Estados-Membros poderá promover a economia circular. Os regulamentos relativos à reciclagem de resíduos entre países deverão ser atualizados para que os materiais transportados não sejam fortemente tributados. Por exemplo, a reciclagem de turbinas eólicas usadas é muito mais dispendiosa se, durante o seu transporte, forem tributadas como turbinas eólicas em vez de resíduos. No entanto, deverão ser aplicados controlos mais rigorosos à eliminação de resíduos entre países, a fim de evitar que os resíduos perigosos viajem para países com legislação deficiente em matéria de proteção do ambiente.

## Indicadores para políticas

- Para muitos indicadores, a UE deverá manter-se no bom caminho, prosseguindo os objetivos de ecologização que definiu. Nos últimos anos, a UE realizou progressos nos principais indicadores, como, por exemplo, na redução das emissões de gases com efeito de estufa e no aumento da utilização das energias renováveis.
- A UE deverá diversificar as suas dependências energética e material e aumentar a sua autonomia através de medidas que promovam a utilização de energias renováveis e a economia circular. Essas medidas aumentarão a resiliência energética e atenuarão os efeitos de futuras crises nos setores energético e material, protegendo, em particular, os cidadãos com baixos rendimentos.

### Informações complementares

O relatório *Green, clean and keen to converge? A convergence analysis of environmental quality of life in the EU* está disponível em <https://eurofound.link/ef23022>

Gestor de investigação: Massimiliano Mascherini

[information@eurofound.europa.eu](mailto:information@eurofound.europa.eu)